



Índice

- 01** Suspensa a reintegração de posse contra índios
- 02** Índios comemoram e dono vai recorrer contra suspensão de reintegração de posse
- 03** Etnia tapeba cobra reabertura de centro cultural indígena
- 04** Uma disputa de 140 anos na terra indígena
- 05** Com patrocínio da Petrobras, novo espetáculo está sendo produzido e tem previsão para estrear em outubro
- 06** Lima sediará encontro internacional indígena
- 07** Indígenas continuam a luta por suas terras
- 08** Índios krahô-kanela iniciam nova etapa de reivindicações por território
- 09** MPF/MS quer indenização de R\$ 100 mil de colonista por racismo contra etnia guarani-kaiowá
- 10** MPF denuncia 14 por exploração ilegal de reservas indígenas no Oeste de MT



Suspensa a reintegração de posse contra índios

SÍTIO SUL NEWS, 06.07.2013

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu a reintegração de posse da Fazenda Esperança, localizada em Aquidauana, que foi ocupada por aproximadamente 800 índios da aldeia Ipegue-Taunay. O resultado que favoreceu os indígenas foi anunciada na noite desta sexta-feira (5), por volta das 19h.

Segundo o advogado dos indígenas, Luiz Henrique Eloy, a Funai (Fundação Nacional do Índio) entrou, na tarde de hoje, com pedido de suspensão de liminar para derrubar o pedido de reintegração de posse.

Os índios ocupam a propriedade rural desde o dia 30 de maio e, de acordo com o advogado, não há previsão para eles deixarem a área.

Ainda na tarde de hoje, o proprietário da Fazenda Esperança, Nilton Carvalho, tinha uma audiência marcada com o procurador da República, Emerson Kalif, para tratar sobre a reintegração de posse. O prazo para saída havia vencido já há uma semana.

Ele queria que o Ministério Público Federal (MPF) intercedesse para que a comunidade indígena deixasse a propriedade sem que fosse necessário o uso da força física.

O CAMPO GRANDE NEWS tentou entrar em contato com o advogado do fazendeiro, Sérgio Muritiba, mas não teve retorno sobre o resultado da audiência.

Fonte: Campo Grande News



Índios comemoram e dono vai recorrer contra suspensão de reintegração de posse
SÍTIO MIDIAMAX, 06.07.2013

Cerca de três mil pessoas fizeram passeata e carreata na noite de ontem (5) pelas ruas das aldeias da reserva Taunay-Ipegue, em Aquidauna – a 143 quilômetros de Campo Grande – para comemorar o cancelamento de reintegração de posse da Fazenda Esperança. A medida foi suspensa pelo TRF3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) no fim da tarde de ontem. Os proprietários vão recorrer da decisão.

A Polícia Federal chegou a pedir, segundo uma das partes envolvidas no processo, apoio da Força Nacional de Segurança e até do Exército, para realizar a desocupação da fazenda sem violência. A desocupação havia sido determinada pelo juiz Renato Toniasso, da Justiça Federal em Campo Grande.

Segundo o radialista da Sua Alternativa, rádio comunitária da aldeia Ypegue-Taunay, Jorge Luiz, o sentimento de medo que os indígenas sentiam com a iminência de confronto com a polícia, no caso do cumprimento da reintegração, se esvaiu. “O sentimento de tensão foi embora, agora é só alegria”, diz.

Para o terena, esse é o primeiro passo para haver uma solução definitiva para o problema do conflito de terra na região. “Foi sinalizado que há uma intenção de resolver o problema. Vemos que tudo pode caminhar para um final feliz”, emenda.

O cancelamento

A reintegração foi cancelada baseada em uma suspensão de segurança, isto é, uma medida protetiva para os indígenas. Já que no local, assim como em outros que há conflito a iminência de haver confronto é grande.

Durante a reintegração de posse da Fazenda Buriti, em Sidrolândia – a 70 quilômetros de Campo Grande – em 30 de maio deste ano, o indígena Oziel Gabriel, 34 anos, morreu após ser baleado. A PF abriu inquérito para saber de onde saiu o tiro, mas até agora o resultado não foi divulgado.

Outro índio, Joziel Gabriel Alves, 35 anos, foi baleado no confronto com produtores rurais e corre o risco de ficar tetraplégico.

Insegurança Jurídica

Para o advogado do proprietário da Fazenda, Niotom Chaves Júnior., a medida vem inflamar a insegurança jurídica no Mato Grosso do Sul. Ele ressalta que quando a medida estava favorável a seu cliente, Nilton Carvalho da Silva Filho, nada foi feito para o cumprimento da reintegração. Agora, que as coisas inverteram eles são obrigados a cumprir a determinação judicial.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2013

Brasília, 08 de julho de 2013.

Para o advogado, que vai recorrer da decisão, isso dá margem para que os indígenas façam outras ocupações. “Mais uma vez a ilegalidade e a impunidade venceram em nosso país”, reclama.



Etnia tapeba cobra reabertura de centro cultural indígena

SÍTIO JORNAL DE HOJE, 07.07.2013

Equipamento existe desde 2005, mas fim de parceria gerou dificuldades financeiras para a manutenção do lugar, desativado em 2012

Os índios da etnia Tapeba aguardam ansiosos pela reinauguração do Tapeba Centro de Produção Cultural, na cidade de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza. Na segunda quinzena de agosto, o centro será devolvido aos 6.400 índios das 17 comunidades Tapebas do Ceará. A restauração do equipamento está orçada em R\$ 800 mil.

Desde a construção do centro, em 2005, ele foi mantido por uma parceria entre a Associação para Desenvolvimento Local Co-Produzido (Adelco), Fundação Abbé Pierre (Fap), Associação das Comunidades dos Índios Tapebas de Caucaia (Acita) e Governo Federal. O propósito inicial era de que quando a parceria encerrasse, o que ocorreu em 2010, o centro tivesse condições de manter-se apenas com as atividades desenvolvidas no local.

As coisas não aconteceram assim e, para o presidente da Acita, Weiber Nascimento, esse foi o principal motivo para a desativação do equipamento, em 2012. "Da maneira que foi pensado foi um equívoco. Não dá para manter isso tudo só com artesanato."

As obras estão em estágio avançado. "Era para ter encerrado antes, mas encontramos tudo muito deteriorado. A vidraça foi quase toda destruída. Demos uma parada na construção em 2012 e, quando voltamos, estava tudo depredado", lamentou o mestre de obras André Ferreira.

Não faltam planos para impedir que o centro cultural caia no esquecimento após a reforma e, assim, correr o risco de fechar outra vez. "Queremos botar o centro cultural (Tapeba) na rota do turismo. Em breve, vamos discutir com o Governo do Estado e com a Prefeitura (de Caucaia) para ver de que forma eles podem nos ajudar na manutenção", detalha Weiber.

Dentro do orçamento de restauração, está inclusa a compra de uma ilha de edição e câmeras profissionais. "Queremos fazer documentários e existe gente na comunidade que foi preparada para usar esse equipamento", afirma o líder Tapeba.

O anexo do centro cultural também está sendo recuperado. Nele, funciona o Memorial Tapeba Cacique Perna de Pau. "Queremos guardar lá todo tipo de documentos e trabalhos acadêmicos ou científicos sobre nossa etnia que tivermos acesso. Muita gente tem dificuldade de encontrar referências sobre a cultura indígena no Ceará. Então queremos que ele funcione também como um museu", explica Weiber. O objetivo final é promover a cultura indígena do Estado, dando ênfase à etnia Tapeba. (Aflaudisio Dantas/ Especial para O POVO)



Uma disputa de 140 anos na terra indígena

SÍTIO DIÁRIO DOS CAMPOS, 07.07.2013

Widson Schwartz

Face à perda do habitat primitivo, à contaminação e o acultramento, o quase extermínio dos coroados não significou para São Jerônimo o progresso. Instalado o município em 1920, sucede fato inusitado em 1928: a Justiça Federal determina o despejo do poder público e de toda a população urbana: a cidade ocupa terra indígena. A sentença acaba não sendo executada, mas em 1932 a comunidade é rebaixada a distrito de Jataí, assim permanecendo até 1939.

O então prefeito de Jataí, Odilon Borges de Carvalho, sugeriu ao interventor no Paraná, Manoel Ribas, que propusesse à União a transferência dos índios para a Reserva Apucarantina. E se liberasse São Jerônimo às 2.752 pessoas que exploravam a terra que, legalmente, pertencia a "148 índios errantes e vagabundos, consumidos pela tuberculose e pelo álcool, doentes e inúteis".

Apesar da reserva, que se mantém, São Jerônimo recupera a condição de município em 1939 e muda de nome em 1943: Araiporanga. Mas permanece "em situação de atraso, sem luz e sem água. Não possui os requisitos de uma modesta sede", informa o prefeito, major José Scheleder, em relatório ao interventor no Estado. A solução seria mudar a cidade para fora da terra indígena, em lugar oferecido pela empresa J. Sguário, na Fazenda Alagoa. Proposta rejeitada.

Em 1944, Araiporanga é rebaixado a distrito do recém-criado município de Congonhinhas. Só em 16 de outubro de 1947 o antigo município é restabelecido, agora denominado São Jerônimo da Serra.

Acordo entre o Estado do Paraná e o Governo Federal, em 1948, diminui a reserva indígena de 14 mil para 2,2 mil alqueires. Legaliza-se a cidade e os arredores. O tratado inclui em permuta as glebas Água Branca e Cedro, que o Governo do Paraná transfere aos índios. Essas terras, porém, estão parcialmente ocupadas por detentores de 40 títulos expedidos no tempo do Império e legitimados pelo Estado.

Começa um novo litígio, que só terminará entre 1980 e 1990, após uma sucessão de conflitos, por vezes sangrentos, entre índios e invasores na Água Branca. Sentença da Justiça Federal determinou a expulsão dos intrusos; já as famílias portadores dos títulos aceitaram trocar a gleba do Cedro por lotes em Tamarana. Desde a origem de São Jerônimo, em 1854, a disputa na terra indígena havia durado 140 anos. Atualmente, são 770 os índios, em duas reservas: São Jerônimo e Barão de Antonina.

O primitivo município de São Jerônimo tinha aproximadamente 3,3 mil quilômetros quadrados; atualmente, 663,8 quilômetros quadrados. No antigo território estão desmembrados 10 municípios.

CONT.



Os últimos sinais

de Lopes e Elliott

John Henry Elliott era desenhista e entre as aquarelas que legou, uma retrata o Aldeamento de São Jerônimo, fundado por ele e Joaquim Francisco Lopes. Em 1874, Thomas Bigg-Wither conheceu Elliott no aldeamento, casado com Reginalda, “mulata e megera, uma loucura de meia-idade”, que dava ordens ao marido “como se ele fosse um cão”. Alquebrado fisicamente, Elliott possuía a casa e a terra que recebera do Barão de Antonina. Teve cinco filhos, um deles com o nome do pai aportuguesado, João Henrique, se tornou tabelião substituto de São Jerônimo.

Em 1920, o advogado Sá Carvalho, a serviço de herdeiros do Barão de Antonina, encontrou um neto de John Henry, chamado Claro Elliott, intérprete na reserva indígena Apucarantina.

Lopes e Elliott morreram e foram sepultados em São Jerônimo, em 1884. Sá Carvalho localizou os túmulos e guiado por Claro chegou, também, aos últimos sinais da Colônia Militar de Jataí. Num “batelão” desceram o Tibagi até a foz do Congonhas. Lá estava a pedra em que Lopes e Elliott, em 1846, gavaram as iniciais de seus nomes.

Joaquim Francisco Lopes era natural de Minas Gerais e casou-se três vezes; a segunda esposa, filha natural do Barão de Antonina, chamava-se Maria Conceição Vergueiro. Dos três matrimônios, ele teve 12 filhos.

Com patrocínio da Petrobras, novo espetáculo está sendo produzido e tem previsão para estrear em outubro

SÍTIO A CRÍTICA, 06.07.2013

Com patrocínio da Petrobras, novo espetáculo está sendo produzido e tem previsão para estrear em outubro



A cultura yanomami vai inspirar nova coreografia (Euzivaldo Queiroz)

A cultura próspera dos índios yanomamis, uma das mais preservadas do país, estabelecerá um diálogo com a coreografia contemporânea no novo espetáculo da Indios.com Cia. de Dança. Intitulado 'AEE: Para Falar do Que Não Foi Perdido', a produção coreográfica – que está em processo de criação – submergirá os bailarinos no tempo e espaço da vivência indígena: em setembro, os membros da companhia farão uma morada de 20 dias em uma aldeia yanomami, para investigarem, quase que de forma antropológica, os aspectos e comportamentos dos indígenas, com o intuito de mesclar as impressões na textura do espetáculo.

De acordo com a coreógrafa, diretora e fundadora da Indios.com, Yara Costa, o espetáculo está sendo construído por meio dos subsídios do Prêmio Funarte Petrobrás de dança Klauss Vianna 2012. Ainda segundo ela, este é o terceiro trabalho da Indios.com a investigar as linguagens coreográficas indígenas. Porém, segundo ela, é a primeira vez que os membros da cia. de dança estabelecerão contato direto com a etnia.

Nesta última sexta (05), a diretora, acompanhada do músico Eriberto Barroncas – responsável pela trilha sonora do espetáculo – e mais as bailarinas Daniela Alves, Brenda Lobato e Camila Aguiar foram até um sítio em Rio Preto da Eva se encontrar com cerca de 30 professores yanomami, marcando o início das investigações para o processo do espetáculo. O contato com eles, segundo Yara, foi intermediado por meio do Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami (Secoya).

CONT.



A diretora pontuou que teve o primeiro contato com os yanomami no ano passado, onde esteve na aldeia dos indígenas em 2012. Ela ministrou o curso sobre artes na educação infantil e a partir da experiência ela passou a alimentar o desejo de abordar mais sobre essa cultura. O nome da produção, 'AEE', é uma espécie de código de comunicação entre eles, segundo Costa. "No caso dos yanomamis, sempre admirei a alegria deles. O nome 'AEE', na verdade, é como se fosse um grito entre eles, do dia a dia deles, que remete à alegria. Eles também usam pra chamar alguém, mas engloba sempre a questão voltada à alegria. É como se fosse um pouco o que é o 'viva' para nós", pontuou a diretora.

Yara justifica que o processo de imersão dos bailarinos na realidade da etnia para a concepção do espetáculo de dança é crucial para uma maior compreensão do que é esta interação, visando a obtenção de melhores resultados. "Creio que o processo de criação depende dessas experiências, desse olhar, dessa apropriação de núcleo. Acabamos assumindo uma personalidade ali, características que vamos construindo nos estados corporais, a partir desse olhar da cultura. Claro que eu não vou fazer meus bailarinos se tornarem yanomamis, até porque somos um corpo com outras referências, com técnicas de balé, dança moderna e dança aérea. Faremos tudo acontecer dentro desse outro foco de observação do estado do corpo indígena, porque tudo se modifica: os hábitos, o jeito de olhar, de se comportar diante de determinadas situações. Fizemos esse primeiro contato como um todo ontem e a ideia é que em setembro façamos realmente uma imersão", frisou Yara.

Processo

O primeiro encontro dos membros da cia., de acordo com Yara, envolveu um bate papo de forma dinâmica, onde foram mostrados o projeto e sua contrapartida, instituída para capacitá-los na elaboração de projetos culturais do âmbito indígena. "Estão abertos editais da cultura indígena e poucas comunidades se inscrevem. Este ano, a ideia é fazer cursos para eles sobre isso, abrir um módulo, e ajudá-los, fazer uma espécie de consultoria para eles sobre a elaboração de projetos nessa área. Eu pensei bastante sobre qual contrapartida é melhor para eles e no que realmente a Índios.com pode agregar. Então oferecemos a capacitação, o que é muito melhor que oferecermos um cachê, por exemplo. Acho que isso pode se multiplicar em termos de conhecimento, para a manutenção da cultura deles", elucidou Costa.

Por estar em processo de criação, o espetáculo, de acordo com a diretora, ainda está nebuloso, com um campo muito aberto para exploração. Porém, ela adianta que a produção possui um pré-roteiro, que se divide em três momentos, e que terá o corpo coreográfico conduzido por três bailarinos – um homem e duas mulheres –. "O nosso processo de criação provavelmente vai partir desse cotidiano, desse movimento, do que irá ficar fora dessa nossa observação do cotidiano do núcleo indígena, sem perder nossas referências corporais", destacou Costa.

O primeiro momento do espetáculo, conforme a coreógrafa, visa representar o encontro com a cultura dos yanomami, que na vida real iniciou neste dia 05. "É explorar a realidade do observador, do estranhamento, onde eles vão se identificar ou se surpreender", acordou. Já o segundo momento, ainda segundo ela, é a fase da apropriação dos elementos de identificação, onde o espetáculo irá abordar, de alguma forma, o processo de criação em si, adiantou a diretora.

CONT.



“Vamos abordar a relação do homem com a aproximação da cultura indígena. Mas sempre buscando o lado bom da vida deles. Há muitos lados tristes. Há uma população yanomami em que mais de 80 indígenas morreram pelas mãos dos garimpeiros no ano passado. Isso é muito triste para nós, mas não queremos nos deter a isso. Queremos focar na vida, na energia e no conjunto de significações que eles agregam”, disse. O terceiro e último ato, conforme Costa, questionará o real sentido da felicidade para os intérpretes, o que é a felicidade e alegria buscada nos povos yanomamis. É onde daremos o nosso ‘AEE’ e deixaremos claro o sentido do grito para os bailarinos e público”, comentou.

Estreia

O espetáculo está previsto para estrear no final de outubro, e conforme Yara, no município de Santa Isabel do Rio Negro, no interior do AM. Há planos de apresentação no município de Barcelos e em pelo menos uma comunidade indígena, revelou Yara. O palco da produção será os espaços abertos. “Vamos tentar simbolizar a sensação de estarmos dentro de uma maloca yanomami, que possui um furo no meio, como um anel. Eu penso em explorar o cenário como se fosse esta maloca. Isso vai ser construído a partir do posicionamento do público”, complementou a diretora.

Em relação ao corpo musical que irá orquestrar o espetáculo, há a possibilidade dos próprios bailarinos manipularem alguns instrumentos, confidenciou Yara. “Não sei que instrumento vai ser esse. Como o Eriberto é bem criativo e gosta de criar seus próprios equipamentos, provavelmente deve criar estes instrumentos para que os bailarinos os manipulem”, assegurou Yara. A diretora também racionaliza uma fusão de músicas contemporâneas e indígenas, algo que deve ser externado ao corpo dos bailarinos também, segundo ela.

“Eu já vi algumas coisas em vídeos e eu gostei muito. Os yanomamis usam poucos instrumentos, mas cantam muito. Gostam muito de se enfeitar, estão sempre pintados e decorados por penas e miçangas. Mas eles usam muito, acima de tudo, a voz, então eu quero explorar isso nos bailarinos. Quero que eles utilizem a voz no espetáculo para remeter aos aspectos da vida yanomami. E fazer essa leitura contemporânea sempre. Não farei e meu objetivo não é fazer a dança yanomami, mas sim questionar o que é que chega dessa dança até o meu corpo”, exclama.

Sobre a expectativa dos bailarinos, a diretora-coreógrafa afirma que eles estão dispostos a serem imersos na cultura indígena. Segundo ela, a proposta da ida dos bailarinos até um povoado yanomami envolve a investigação e absorção, para que todos possam compreender seus hábitos e cotidianos. “Sem dúvida, é uma prova de fogo. Até brinco dizendo que a comida que eles irão comer lá não é a mesma que eles comem aqui. Vamos viver como eles enquanto estivermos lá”, brinca Yara.



Lima sediará encontro internacional indígena

SÍTIO VERMELHO, 06.07.2013

Lima acolherá de 7 a 13 de julho a Jornada Internacional "Povos Indígenas e Direitos", uma das últimas a realizar-se no país antes da Conferência Mundial dos Povos Indígenas, que celebrará as Nações Unidas em 2014. O encontro reunirá líderes indígenas de mais de 20 países da América Latina e Caribe.

"Se faz necessário construir pontes entre as diferentes organizações indígenas, tanto do interior do nosso país como no cenário internacional, para dialogar e acordar em torno de temas e processos que nos envolvem, mas sobre os quais temos diferentes pontos de vista", assinalam suas organizações.

A reunião colocará uma ênfase especial sobre a situação da juventude indígena. No Peru, jovens andinos e amazônicos realizarão um encontro nacional em que definirão sua articulação e agenda, além da consolidação de uma rede que represente a juventude indígena diante do Estado.

A educação será um dos pontos a serem analisados, pois, através de um recente estudo, foi comprovado que os estudantes de origem indígena demoram três anos ou mais que a média dos demais jovens para concluir uma carreira universitária. Ainda assim, serão colhidos testemunhos sobre como uma educação de baixa qualidade está contribuindo para a perda da identidade entre a juventude indígena.

Na reunião estarão presentes jovens da Bolívia, Colômbia, Brasil, Costa Rica, Chile, El Salvador, Guatemala, Venezuela, Equador, Panamá, México e Honduras. Sua meta será elaborar propostas conjuntas rumo à Conferência Internacional sobre População em Desenvolvimento, conhecida como Cairo+20 e a Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, ambas a serem realizadas ainda este ano.

Comunicadores indígenas dos ditos países refletirão sobre os avanços e desafios dos povos indígenas para contar com meios de comunicação próprios e exercer seu direito à liberdade de expressão para a defesa de seus povos e territórios. Na ocasião, se projetará, em qualidade de estreia o curta-metragem "Nuestras Voces al Infinito", o qual coleta algumas dessas experiências.

As atividades serão encerradas na sexta, 12 de julho, com um fórum público na sede do Instituto e estudos Peruanos IEP (Horacio Urteaga 694, Jesús María). Entre os convidados estão Patricia Salas, Ministra da Educação, Mirna Cunningham, representante do Fórum permanente de Assuntos Indígenas da ONU e Gerardo Jumí, presidente da Coordenação Andina de Organizações Indígenas CAOI.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2013

Brasília, 08 de julho de 2013.

A jornada internacional é organizada pelo Centro de Culturas Indígenas do Peru (Chirapaq), e o Enlace Continental de Mulheres Indígenas das Américas (Ecmia), com o apoio da Fundação Ford, o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) e o IEP.

Com Adital



Indígenas continuam a luta por suas terras

SÍTIO VERMELHO, 07.07.2013

Os indígenas krahô-kanela das aldeias Lankraré e Takaiurá estarão unidos para reiniciar a luta pelo território considerado tradicional pela etnia. A decisão será apresentada em documento a ser enviado à Coordenação de Identificação da Funai, em Brasília. Este foi um dos encaminhamentos decididos durante reunião na Terra Indígena da Mata Alagada, no município de Lago da Confusão, realizada durante esta sexta-feira, 5, e sábado, 6, com intermediação do Ministério Público Federal no Tocantins. O documento deverá detalhar como será feita a ocupação do novo território, caso seja efetivada sua posse pelos índios, por cada um dos grupos.

A reunião com os dois grupos de krahô-kanela aconteceu após a Coordenação de Identificação da Funai argumentar que as divergências entre eles, um dos quais ocupa a terra indígena e outro que permanece acampado fora da reserva, é o motivo para que não seja dada continuidade ao processo que pode culminar na aquisição de mais de 33 mil hectares do território tradicionalmente ocupado pelos krahô-kanela, onde estão enterrados seus antepassados e preservados seus laços e vínculos territoriais.

Participaram do evento representantes das aldeias Lankraré e Takaiurá, além do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Funai. Também foram encaminhadas a análise da possibilidade de um novo levantamento antropológico a respeito do território reivindicado pelos índios e a realização de uma reunião no mês de agosto na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, que trata de assuntos relacionados a direitos de índios e minorias.

Segundo Wagner Krahô-Kanela, uma das lideranças da aldeia Lankraré, a terra obtida é boa, mas 90% de sua extensão fica alagada entre os meses de janeiro a maio de todos os anos. Dependendo da proporção das enchentes nos rios Formoso, Javaé e outros da região, até os locais mais altos que são destinados à formação das roças são atingidos pelas águas. Mesmo sendo uma quantidade expressiva, a terra não é suficiente para garantir a reprodução física e cultural do povo.

Luta pela terra

Após serem expulsos de seu território tradicional, os krahô-kanela iniciaram em 1984 um movimento que culminou na compra, em 2006, de 7600 hectares de terra para receber os índios no território conhecido como Mata Alagada. A compra da terra com recursos do Incra deve-se ao não reconhecimento da terra indígena pela Funai do local apontado pelo grupo de trabalho encarregado de identificar o território tradicional dos remanescentes da etnia, com cerca de 40 mil hectares. Devido à situação precária em que viviam os índios na cidade de Gurupi, tendo em risco sua sobrevivência física e cultural, a terra foi comprada e os índios foram assentados.

CONT.



As divergências entre os dois grupos fez com que 19 famílias permanecessem no local que já foi a sede de uma fazenda de gado na região, atualmente denominada terra indígena da Mata Alagada. Os demais índios da etnia vivem atualmente em um lote de um projeto de assentamento do Incra na região, de posse de uma indígena, que recebeu os demais. O local do acampamento provisório, que já dura mais de quatro anos, é denominado aldeia Takaurá,.

Desmatamento

Os mais de 33 mil hectares de terra não reconhecidos pela Funai como sendo o território tradicional dos krahô-kanela abrangem hoje a área de duas fazendas no município de Lagoa da Confusão. Os índios afirmam que este é o único local que interessa a eles pelo vínculo com o passado e a tradição dos krahô-kanela. Mesmo com diversas interferências sofridas ao longo dos anos, o território ainda mantém significativa reserva de mata nativa, que deve ser preservada para a manutenção física e cultural dos índios. O atual proprietário da terra teria afirmado ao cacique da aldeia Lankraré, Mariano Krahô-Kanela, sua intenção em não alterar o ambiente local com novas derrubadas para plantio de soja e arroz, desde que o processo de aquisição da terra para destinação aos índios não demore muito. Eles também temem a iminente entrada de máquinas para construir um aterro que liga a cidade de Lagoa da Confusão ao PA Capão do Coco.

Mariano afirmou que a atual Terra Indígena da Mata Alagada foi aceita mesmo representando somente um quarto do território reivindicado devido à situação emergencial vivida pelo grupo há sete anos, mas que o local não é suficiente para abrigar a todos devido ao alagamento em parte do ano. O representante do Cimi, Sebastião, afirmou que esta terra foi uma conquista dos índios, e que esta pausa na luta por todo o território é natural devido ao processo desgastante vivido pelas lideranças, mas que este é o momento de voltarem as reivindicações.

O procurador da República Álvaro Manzano ressaltou que uma das preocupações que a Funai apresenta como justificativa para a interrupção do processo é que, uma vez viabilizado, o novo território motive novos conflitos entre os dois grupos de krahô-kanela, e que por isso o discurso apresentado ao órgão indigenista durante as novas reivindicações deve ser único e comprovando a união entre todos para ocupar de forma pacífica o novo território.

Fonte: Conexão Tocantins



Índios krahô-kanela iniciam nova etapa de reivindicações por território

SÍTIO SURGIU, 06.07.2013

Após ocupação da TI da Mata Alagada devido à situação emergencial dos índios, os dois grupos antes divergentes se unem para agora pleitear o restante de seu território tradicional, de cerca de 40 mil hectares

Os indígenas krahô-kanela das aldeias Lankraré e Takaiurá estarão unidos para reiniciar a luta pelo território considerado tradicional pela etnia. A decisão será apresentada em documento a ser enviado à Coordenação de Identificação da Funai, em Brasília. Este foi um dos encaminhamentos decididos durante reunião na Terra Indígena da Mata Alagada, no município de Lago da Confusão, realizada durante esta sexta-feira, 5, e sábado, 6, com intermediação do Ministério Público Federal no Tocantins. O documento deverá detalhar como será feita a ocupação do novo território, caso seja efetivada sua posse pelos índios, por cada um dos grupos.

A reunião com os dois grupos de krahô-kanela aconteceu após a Coordenação de Identificação da Funai argumentar que as divergências entre eles, um dos quais ocupa a terra indígena e outro que permanece acampado fora da reserva, é o motivo para que não seja dada continuidade ao processo que pode culminar na aquisição de mais de 33 mil hectares do território tradicionalmente ocupado pelos krahô-kanela, onde estão enterrados seus antepassados e preservados seus laços e vínculos territoriais.

Participaram do evento representantes das aldeias Lankraré e Takaiurá, além do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Funai. Também foram encaminhadas a análise da possibilidade de um novo levantamento antropológico a respeito do território reivindicado pelos índios e a realização de uma reunião no mês de agosto na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, que trata de assuntos relacionados a direitos de índios e minorias.

Segundo Wagner Krahô-Kanela, uma das lideranças da aldeia Lankraré, a terra obtida é boa, mas 90% de sua extensão fica alagada entre os meses de janeiro a maio de todos os anos. Dependendo da proporção das enchentes nos rios Formoso, Javaé e outros da região, até os locais mais altos que são destinados à formação das roças são atingidos pelas águas. Mesmo sendo uma quantidade expressiva, a terra não é suficiente para garantir a reprodução física e cultural do povo.

Luta pela terra

Após serem expulsos de seu território tradicional, os krahô-kanela iniciaram em 1984 um movimento que culminou na compra, em 2006, de 7600 hectares de terra para receber os índios no território conhecido como Mata Alagada. A compra da terra com recursos do Incra deve-se ao não reconhecimento da terra indígena pela Funai do local apontado pelo grupo de

CONT.



trabalho encarregado de identificar o território tradicional dos remanescentes da etnia, com cerca de 40 mil hectares. Devido à situação precária em que viviam os índios na cidade de Gurupi, tendo em risco sua sobrevivência física e cultural, a terra foi comprada e os índios foram assentados.

As divergências entre os dois grupos fez com que 19 famílias permanecessem no local que já foi a sede de uma fazenda de gado na região, atualmente denominada terra indígena da Mata Alagada. Os demais índios da etnia vivem atualmente em um lote de um projeto de assentamento do Incra na região, de posse de uma indígena, que recebeu os demais. O local do acampamento provisório, que já dura mais de quatro anos, é denominado aldeia Takaurá,.

Desmatamento

Os mais de 33 mil hectares de terra não reconhecidos pela Funai como sendo o território tradicional dos krahô-kanela abrangem hoje a área de duas fazendas no município de Lagoa da Confusão. Os índios afirmam que este é o único local que interessa a eles pelo vínculo com o passado e a tradição dos krahô-kanela. Mesmo com diversas interferências sofridas ao longo dos anos, o território ainda mantém significativa reserva de mata nativa, que deve ser preservada para a manutenção física e cultural dos índios. O atual proprietário da terra teria afirmado ao cacique da aldeia Lankraré, Mariano Krahô-Kanela, sua intenção em não alterar o ambiente local com novas derrubadas para plantio de soja e arroz, desde que o processo de aquisição da terra para destinação aos índios não demore muito. Eles também temem a iminente entrada de máquinas para construir um aterro que liga a cidade de Lagoa da Confusão ao PA Capão do Coco.

Mariano afirmou que a atual Terra Indígena da Mata Alagada foi aceita mesmo representando somente um quarto do território reivindicado devido à situação emergencial vivida pelo grupo há sete anos, mas que o local não é suficiente para abrigar a todos devido ao alagamento em parte do ano. O representante do Cimi, Sebastião, afirmou que esta terra foi uma conquista dos índios, e que esta pausa na luta por todo o território é natural devido ao processo desgastante vivido pelas lideranças, mas que este é o momento de voltarem as reivindicações.

O procurador da República Álvaro Manzano ressaltou que uma das preocupações que a Funai apresenta como justificativa para a interrupção do processo é que, uma vez viabilizado, o novo território motive novos conflitos entre os dois grupos de krahô-kanela, e que por isso o discurso apresentado ao órgão indigenista durante as novas reivindicações deve ser único e comprovando a união entre todos para ocupar de forma pacífica o novo território.



MPF/MS quer indenização de R\$ 100 mil de colunista por racismo contra etnia guarani-kaiowá

SÍTIO CAPITAL NEWS, 08.07.2013

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) ajuizou ação por racismo contra o ex-colunista do jornal O Tempo (MG), Walter Navarro. O MPF pede indenização de R\$ 100 mil por danos morais coletivos contra a etnia guarani-kaiowá, a ser recolhida ao Fundo de Reparação de Interesses Difusos Lesados, que deve ser revertida para programas de saúde e de educação da Reserva Indígena de Dourados. O MPF ajuizou ainda ação penal por racismo. A Lei 7.716/89 prevê pena de reclusão de 2 a 5 anos, quando o crime é cometido pelos meios de comunicação, e é inafiançável. A ação foi ajuizada na Justiça Federal de Dourados.

A coluna intitulada "Guarani Kaiowá é o c... Meu nome agora é Enéas p..." foi publicada em 8 de novembro de 2012 no site do jornal O Tempo ([Clique aqui para ler](#)). O Ministério Público Federal, antes de ajuizar as ações, pediu explicações a Walter. Apesar de utilizar frases como "índio bom é índio morto" e "as mulheres (guarani-kaiowá) são libidinosas e se vão com qualquer um", afirmou que o artigo foi escrito apenas em caráter humorístico e que ele próprio não compreende a questão indígena.

Para o MPF, "a conduta atingiu não só a comunidade indígena, mas ofendeu a própria sociedade, quando incitou o preconceito, sendo um exemplo claro de mau uso da liberdade de expressão. Em que pese a liberdade de expressão constituir direito fundamental, previsto constitucionalmente, esta não foi concebida de forma absoluta, insuscetível de restrição, não podendo desprezar outros direitos fundamentais. Isso significa que garantida está a liberdade de expressão, mas antes dela é reconhecida a dignidade da pessoa humana e a igualdade de todos".

Tais direitos são garantidos pela Constituição Federal. "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". A publicação ainda incita o preconceito e a intolerância contra a diversidade cultural. Segundo a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da Unesco, assinada pelo Brasil, "a defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. A tolerância é a harmonia na diferença."

"Gosto é dos Nambiquaras, que estão extintos"

Assim que foi publicado, o texto gerou grande polêmica entre os leitores do site, resultando na demissão do jornalista. O autor escreveu que os guarani-kaiowá são "o povo mais primitivo do mundo, nem chegou à Idade da Pedra. Comem cupim. Intimidam até malária! Pigmeus, parecem formigas gigantes e caracterizam-se pela insuportável pneumatose intestinal, o que faz deles companhia deveras desagradável".

Comentando sobre a reação dos internautas em redes sociais, que adotaram o sobrenome guarani-kaiowá, o articulista afirmou que "tem coisa mais chata, hipócrita, brega e programa de índio que este pessoal do facebook adotando o nome Guarani Kaiowá? Gosto é dos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 118 / 2013

Brasília, 08 de julho de 2013.

Nambiquaras, que estão extintos”.

No artigo, o jornalista tece outros comentários ofensivos contra a etnia. “Guarani, só meu time em Campinas, campeão brasileiro de 1978. Como diriam o Marechal Rondon e os irmãos Villas Boas, “Índio bom é índio morto”! “Matar, se preciso for, morrer, nunca!”. Walter ainda encerra o texto satirizando os indígenas. “A vadiagem dos guaranis kaiowá pelo menos é lucrativa. Ontem, troquei um canivete suíço (falso) por várias toras de mogno de sua reserva”.

Até o momento dessa publicação, o texto continua online no site do jornal O Tempo. (Ministério Público Federal)

Fonte: Natalia Gonçalves (www.capitalnews.com.br)



MPF denuncia 14 por exploração ilegal de reservas indígenas no Oeste de MT
SÍTIO 24 HORAS NEWS, 08.07.2013

O Ministério Público Federal em Cáceres denunciou 14 pessoas por exploração ilegal de ouro, na região do município de Pontes e Lacerda (MT), dentro da Terra Indígena Sararé, da etnia Nambikwara. Foram denunciados: Antônio Pereira dos Santos, Benedito Carvalho da Silva, Edésio Oliveira Silva, Edmilson Rodrigues, Francisco da Cruz Santos, Francisco das Chagas Rodrigues, Francisco Macedo, Israel Juvêncio da Silva, João de Deus Messias de Souza, João Luiz de Lima Monteiro, Juvenal da Silva, Manoel Martins Moura, Nivaldo Costa Martins e Valdeci Leite da Silva.

O garimpo clandestino foi identificado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e desativado pela atuação da Polícia Militar, em outubro de 2012. De acordo com o procurador da República Thales Fernando Lima, o garimpo funcionava sem autorização, permissão ou licença de órgão competente, explorando e usurpando matéria-prima pertencente à União, além de causar degradação ambiental.

Em ofício encaminhado pela à Polícia Federal, a Funai demonstrou preocupação com a possibilidade da Terra Indígena Sararé voltar a ser palco de invasões, como as que ocorreram na década de 1990, quando foi registrada a presença de cerca de oito mil garimpeiros em dez locais de garimpo, com uma extração média de dez quilos de ouro por dia, provocando danos ambientais e sociais à comunidade indígena.

Na denúncia proposta perante à subseção da Justiça Federal, o Ministério Público Federal em Cáceres pediu a condenação dos 14 envolvidos nos crimes de formação de quadrilha (artigo 288, Código Penal), destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente (artigo 38, Lei 9.605/98), executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem autorização, permissão, concessão ou licença (artigo 55, Lei 9.605/98) explorar matéria-prima pertencentes à União, sem autorização legal (artigo 2º, Lei 8.176/91).

A Lei nº 8.176/ 91 define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis e estabelece que se constitui crime contra o patrimônio, na modalidade de usurpação, produzir bens ou explorar matéria-prima pertencentes à União, sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo.